
Notas de arqueologia, epigrafia e toponímia – II

JORGE DE ALARCÃO

R E S U M O

Na sequência de um artigo sob o mesmo título publicado nesta revista, apresentam-se algumas notas sobre a povoação romana de *Aritium Vetuse* e a “paróquia” suévia de *Vallearitia*. Localizam-se dois outros povoados que parece terem ficado nos extremos do território de *Bracara Augusta: castellum Durbedis* e *vicus Cabr(...)*. Corrige-se uma anterior proposta de localização dos *Lubaeni* do *conventus Bracaraugustanus* e reinterpretam-se algumas inscrições da área de *Aquae Flaviae*. Finalmente, sugere-se uma leitura para a muito discutida inscrição rupestre de Freixo de Numão, *CIL* II 430, e uma interpretação para a epígrafe *Neptunale* de Bobadela, *CIL* II 398.

A B S T R A C T

Following a previous paper published under the same general title in the last issue of *Revista Portuguesa de Arqueologia*, the locations of the Roman town of *Aritium Vetus* and the Suevic parish of *Vallearitia* are here discussed. Two other Roman sites, *castellum Durbedis* and *vicus Cabr(...)*, are identified on the border lines of the territory of the civitas of *Bracara Augusta*. Arguments are produced against a previous proposal of localization of the *Lubaeni* of the *conventus Bracaraugustanus*. Some inscriptions of the area of *Aquae Flaviae* are reviewed. Finally, a new reading is presented for the much discussed rock-inscription of Freixo de Numão, *CIL* II 430, and a new interpretation is given for the monumental inscription *Neptunale* of Bobadela, *CIL* II 398.

Ao longo de mais de quarenta anos de investigação histórico-arqueológica sobre o período em que Portugal foi domínio dos Romanos, fomos formulando alguns problemas (e espreitando para eles, às vezes, algumas soluções) ou ocorreram-nos dúvidas sobre o que outros escreveram ou sobre entendimentos que foram nossos e agora nos parecem errados. Apontamentos escritos ficaram, porém, aguardando aquele enfim de vida que agora nos concede o *otium* necessário às revisões. Iremos publicando os nossos textos numa colectânea a que decidimos dar o nome de *Notas de arqueologia, epigrafia e toponímia*, pois tal título convém não só à brevidade de algumas apostilas como à maior dimensão de outras redacções. O primeiro maço de notas saiu no anterior número da *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Resolvemos dar às presentes uma numeração em continuidade com a do artigo anterior.

7. *Aritium Vetus* era capital de *civitas*?

Na confluência da ribeira da Lampreia com o rio Tejo, na freguesia de Alvega do concelho de Abrantes, encontrou-se no século XVII uma placa de bronze que tinha gravado um juramento de fidelidade dos *Aritienses* ao imperador Calígula, feito em 37 d.C., no *oppidum* de *Aritium Vetus*, sendo *magistri* (ou *magistrati*) um *Vegetus*, filho de *Talticus* e um *Vibius*, filho de [...] *arionus* (*CIL* II 172; *IRCP* 467).

É muito possível que *Aritium Vetus* tenha sido capital de *civitas*, dada a importância das ruínas a que os nossos antiquários fazem referência.

Jorge Cardoso (1666, p. 370-372) escreveu a propósito de *Aritium Vetus*:

“Esta (a *Aritium* do *Itinerário de Antonino*) quer M. Rezende, que seja Benauente nas Ribeiras do Tejo, e Barreiros a Erra, hũa legoa de Coruche: mas como estas pouoações são modernas, e não aja nellas rasto algum de Romanas antiguidades, necessario he (salua pace tantorū virorū) darmoslhe outra situaçaõ. E assi he de saber, que onde hoje chamaõ Aluega, duas legoas de Abrantes ao Sul, o Tejo de por meio, há notaeis ruinas, e vestigios de hũa populoza cidade, pela qual passaua a estrada Real, que vai para Merida, teria ella então quatro mil vizinhos, conforme o âmbito dos muros, que a cingião, em parte argamassados, como mostrão suas ruinas. Hoje està reduzida a hũa Aldea, situada em campo plaino, cercada de terras tam abundantes, e ferteis, que são bastantes seus dizimos, para sustentar cinco Igrejas Conuentuaes. Achârãose já por vezes em seus cõtornos, aliceses de sumptuosas casas, sepulchros, aqueductos, e canos de chumbo, galarias subterraneas, adornadas de coloridas pedrinhas, como dados, à maneira de azulejos, com figuras, e porticos de obra Musaica. E não se mete o arado em parte, que não tirem proueito os Lauradores, descobrindo alli o tepo em nossos dias, quãtidade de moedas Romanas, assi de prata como de bronze, das quaes algũas nos vierão às mãos. E inda hoje estão em pè muitos pilares, sobre que estribaua o famoso cano, por onde a agoa vinha ter à cidade, tirada com artificio de hũa caudalosa Ribeira, que lhe fica perto, não fallando doutra, que vem do alto buscar o Tejo, na qual se achou ann. 1659. hũa famosa lamina de bronze moldurada, que esta em nosso poder, a qual tem de comprimeto dous palmos, e meio, e de alto mais de hum, com quatro buracos nos cantos, dos pregos com que estaua collocada em lugar publico”

Segue-se o texto da inscrição, *CIL* II 172 (= *IRCP* 467).

O P.^e Luís Cardoso (1747, p. 704-706, voc. *Ayre*) reproduziu o texto de Jorge Cardoso.

Nas *Memorias Parochiaes de 1758*, o autor da notícia sobre Alvega (Azevedo, 1896, p. 188-189) diz:

“Não tem privilegio algum; antiguidades, ou couzas dignas de memoria que há, são que anti-guamente fora chamada esta freguezia de Alvega a cidade de Euricio, como querem alguns, outros dizem que fora chamada a Cidade de Celeuco, porque tomou o nome do sobredito Martir, que na mesma padeceo, e que foi habitada de mais de sinco mil vizinhos e que por meyo della hia o caminho para a Mérida e que disto se vem ainda muitos vestigios, tambem serem ainda hũas pilares feitas de pedra e cal que tem ainda, estando demolidos, mais de quarenta palmos de altura, obra de grande custo por onde passava emcanada sobre hum grande braço do Rio Tejo a agua de hũa ribeira chamada a Lampreia, para regar hũa Lezírea ou campo, que no tempo do Inverno se ve circumdado do mesmo Tejo. Tem se descuberto muitas sepul-turas, em que se acharão ossos e muitos candieiros de barro mas não se ve, nem se acha a pedra

da Cidade, nem se sabe em que se consumisse, julgasse que toda a Cidade fora feita de adobes e ladrilhos porque disto esta o campo cheyo, excepto os alicerses porque estes foram feitos de pedra e cal, como se esta ainda hoje vendo. As casas todas herão pequenas e em hua grande que se vio se acharão muitos instrumentos de ferro, com os quais se laurauão e pulião humas pedras de varias cores de grandeza e tamanho de dados, em tanta copia que se podião medir muitos moios, e destes fazião os habitantes vistosos embrexados, como se tem visto. Foi tão grande a Cidade que chegou a outra parte do Rio Tejo: estas são as memorias que há.”

Parece não haver dúvidas de que, no aro da actual freguesia de Alvega, havia uma cidade romana, chamada *Aritium Vetus*. A sua exacta localização levanta problemas. O juramento dos aricienses, encontrado na confluência da ribeira da Lampreia com o Tejo, estaria na cúria de um *forum*? O facto de se tratar de uma placa de bronze, e não de uma inscrição monumental gravada em pedra, parece dever inclinar-nos para essa hipótese. Uma inscrição em pedra poderia estar em algum campo fora (mas perto) da área urbana, sobretudo no caso de *Aritium Vetus* não ter ainda, no tempo de Calígula, um *forum*. Recordaremos aqui a inscrição de um “campo” a Trajano pelos *Vicani Venienses* (Curado, 1979, p. 145-148). Neste caso do *vicus Venia*, é possível que, fora da povoação (a qual, aliás, possivelmente não teria centro monumental), houvesse um “campo” onde se celebrassem cerimónias públicas de homenagem aos imperadores. Escrevemos campo entre aspas porque a expressão *campum* tinha um específico sentido que noutro lugar abordaremos.

A placa de *Aritium Vetus* estaria, porém, guardada numa *curia*? Ficaria o *forum* na confluência da ribeira da Lampreia com o rio Tejo? Terá a placa sido encontrada mais ou menos *in situ*? O local do achado corresponde certamente ao actual Casal da Várzea, onde se observam os “pilares” de alvenaria a que se referem Jorge Cardoso e o informador das *Memorias Parochiaes*.

Não parece que estes “pilares” tenham servido a suportar o cano; mas também não é fácil interpretá-los como pilares de ponte. De qualquer forma, não podemos deixar de recordar a referência de Francisco de Holanda a uma ponte sobre o Tejo, a montante de Abrantes. Escrevendo em 1571, disse este autor:

“Fizeram [*os Romanos*] outra ponte magnífica, acima d’Abrantes, onde estão os pegões e montes de pedra, e esta quisera reedificar o Infante Dom Fernando, que Deus tem, segundo disse a meu pai António d’Olanda, também que Deus tem” (Holanda, 1984, p. 26)

A ponte a que alude Francisco de Holanda foi durante muito tempo identificada com uns pegões que se observam no Rossio a Sul do Tejo; estes, porém, correspondem ao cais de uma ponte de barcas do século XIX (Silva, 1985).

A complicar ainda mais a localização exacta de *Aritium Vetus* está a dispersão de vestígios arqueológicos que se registam na freguesia de Alvega. Não sabemos, por exemplo, se é ao sítio onde estaria a cidade que se refere Leite de Vasconcelos, quando informa: “Numa quinta do Rev.do Severino Ferreira de Sant’Ana, ao pé da igreja de Alvega, a uns 17 km de Abrantes, apareceram moedas romanas, mosaicos, pedras de lagar, e tijolos grossos, estes últimos em tanta quantidade, que até há aí uma courela chamada *dos Tijolos*” (Vasconcelos, 1918, p. 369).

A referência aos *magistri* ou *magistrati* do juramento dos aricienses não é prova inequívoca de que *Aritium Vetus* fosse capital de *civitas*, ainda que os encontremos em cidades capitais (Curchin, 1990, *passim*). Nenhuma referência literária ou epígrafe permite falar de uma *civitas*, um *municipium* ou *respublica*; nenhuma ainda, no âmbito do que podemos presumir tenha sido o *territorium* de *Aritium Vetus*, regista duúnviro ou tribo. Apesar de tudo, inclinamo-nos para a hipótese de *Aritium Vetus*

ter sido capital de uma *civitas* que, estipendiária no tempo de Augusto, poderá ter recebido o *ius Latii* no tempo de Vespasiano.

Dado que Plínio IV, 35, 118 não menciona os ariciensens na sua lista dos *oppida stipendiaria* da Lusitânia, e tendo em vista que a lista pliniana parece traduzir a situação na época de Augusto, poderíamos aventar a hipótese de ter sido Calígula a definir a *civitas* e a escolher *Aritium Vetus* para capital. Teria sido este o motivo da homenagem prestada ao imperador. Mas Plínio também não menciona *Sellium* ou a *civitas Igaeditanorum*, sendo certo que esta última já existia no tempo do primeiro imperador (Mantas, 1988).

O nome de *Aritium Vetus* não implica necessariamente a existência de uma povoação *Aritium Novum*. Talvez o outro povoado que justificou a atribuição do nome *Vetus* à cidade de Alvega tenha sido *Aritium Praetorium*, mencionado no *Itinerário de Antonino*.

Não é seguro que a *Aritium* de Ptolemeu II, 5, 6 seja *Aritium Vetus*. As coordenadas que o geógrafo atribui à sua *Aritium* situam esta muito perto do Douro. Se bem que as coordenadas ptolemaicas não permitam localizar com rigor as povoações mencionadas pelo geógrafo, não se nos afigura impossível que houvesse outra *Aritium*. Mas também é certo que não temos ideia de onde ficaria uma *Aritium* mais perto do Douro, pois a proposta que fizemos de a *Aritium* ptolemaica coincidir com Várzea do Douro não nos parece hoje facilmente sustentável, como aliás veremos noutra nota deste artigo.

Admitindo que *Aritium Vetus* era capital de *civitas*, quais seriam os limites do seu território?

A ocidente, *Aritium Vetus* confinaria com *Scallabis* talvez na ribeira da Foz, que ocorre ao Tejo e nele desagua entre Tancos e Constância. Esta zona poderá ter tido, já na época romana, a importância de que temos, para a Idade Média, confirmação documental (Conde, 2000, p. 101-107). Algumas alturas a noroeste de Ponte de Sor e a sudeste de Bemposta, alturas que, sendo modestas, constituem divisória de águas, poderiam servir ainda de fronteira à *civitas* de *Aritium Vetus*. O limite da *civitas* passaria por Tamazim, Rapazes e Venda das Mestas (todas estas localidades na actual freguesia da Bemposta do concelho de Abrantes). Temos dúvidas se o território viria mesmo a Ponte de Sor e seguiria depois ao longo da ribeira de Sor ou se o limite passaria por uma linha de relevo fraco mas divisória de águas, entre esta ribeira e o Tejo, seguindo até Belver ou Amieira.

Sempre no pressuposto de que *Aritium Vetus* era capital de *civitas*, devemos agora perguntar-nos se nessa mesma *civitas* se integraria a margem norte do Tejo.

Não nos parece que os termos das terras doadas por D. Afonso Henriques às ordens do Templo e de Santiago ou por D. Sancho à do Hospital ou ainda o termo (vastíssimo) atribuído em 1179 a Abrantes (Conde, 2000, p. 31-32 e 68-69) conservem memória de divisões político-administrativas romanas.

O vale encaixado do rio Zêzere parece uma fronteira natural suficientemente importante para ter constituído limite oriental da *civitas* de *Sellium* (e ocidental de uma outra). A oriente, também nos parece credível um limite que, do rio Ocreza, por Envendos, Carvoeiro e Amêndoa, viesse até Vila de Rei (ou até Dornes?). Em alternativa, a fronteira oriental poderia passar por Proença-a-Nova, Oleiros e Álvaro.

A integração, numa única e mesma *civitas* (que seria a de *Aritium Vetus*), dos dois territórios que acabámos de definir a sul e a norte do Tejo não nos parece insensata. Pelo menos, não podemos argumentar que esta *civitas* teria território desmedido. Aliás, foi esta a nossa primeira proposta (Alarcão, 1988, p. 28) para o território de *Aritium Vetus*. Posteriormente (Alarcão, 2001b, p. 299-300), admitimos uma *civitas* a norte do Tejo, distinta da que ficaria a sul. Chegámos mesmo a propor a localização dos *Elbocori* de Plínio IV, 35, 118 e da *polis Elbocoris* de Ptolemeu II, 5, 6 a norte do Tejo, entre o Zêzere e o Ocreza. A verdade, porém, é que não é visível, nesta última área, qualquer

núcleo urbano que possa identificar-se como cidade capital (Batata, 2002) — e, por outro lado, repetimos, a integração das duas margens do Tejo numa única *civitas* não “cria” uma unidade político-administrativa romana de exagerada dimensão.

A ausência, no *Parochiale Suevum*, de *ecclesia* que possa identificar-se com *Aritium Vetus*, bem como a inexistência, em fontes árabes, de lugar que possa coincidir com a antiga capital romana, poderão significar que *Aritium Vetus* terá perdido importância na época suevo-visigótica? Não devemos esquecer que, nos fins do século VI, o reino suévico não ultrapassaria o Tejo (e a área de *Sellium*). A sul do rio, *Aritium Vetus* poderia subsistir e ser até sede de “paróquia”, integrada no reino visigótico de Toledo. Talvez *Aritium Vetus* tenha, afinal, mantido a sua importância até mais tarde — importância que terá parcialmente derivado da sua condição de porto fluvial. Através dele poderiam escoar-se os produtos da Beira Interior (mesmo de áreas tão distantes como a da Guarda) e do Nordeste alentejano, que desceriam o Tejo até *Olisipo* (com ou sem transbordo nessa outra área portuária fluvial importante que era a de Constância/Tancos). O mapa da área que, no século XVIII, utilizava o Tejo para transportar produtos até Lisboa (Gaspar, 1970, fig. 1) é, a este propósito, elucidativo.

No século XII, ganharia relevo a vila de Abrantes, à qual D. Afonso Henriques deu foral em 1179. Diz o rei, nesse documento (*DMP, DR.*, n.º 340): *volumus restaurare Ablantes atque populare*. Por outro lado, o castelo de Belver, fundado pelos Hospitalários antes de 1210, dominava Álvaro, Oleiros, Pedrógão Pequeno, Sertã, Cortiçada, Bichieiro, Amêndoa, Mação, Carvoeiro, Envendos, Gavião e Amieira (Conde, 2000, p. 83-84) — isto é, as terras que poderão ter constituído a área nordeste da antiga *civitas* romana. Numa nova geo-estratégia, não havia lugar para *Aritium Vetus* — ao contrário do que sucedeu com *Sellium* e com Idanha-a-Velha. Isto apesar de Alvega (cujo nome nos aparece em 1194, no documento de doação por D. Sancho I, da “terra” de Guidintesta à ordem dos Hospitalários, *vid. Azevedo, Costa e Pereira, 1979, p. 112*) poder ter continuado como porto fluvial de alguma importância, até onde navegavam, ainda nos meados do século XIX, barcos de 26 móios (Matos, 1980, p. 282-284; Gaspar, 1970).

8. Houve povoação romana em Abrantes?

A identificação de Abrantes com a povoação de *Tubucci* referida no *Itinerário de Antonino* não pode ser sustentada, apesar da tradição literária nesse sentido.

Manuel António Morato, num manuscrito cuja redacção deve ter começado em 1860, escreveu:

“Do tempo dos romanos, á excepção d’algumas medalhas, nenhuma antiguidades se descobrem hoje em Abrantes. No tempo do Bispo D. Fr. João da Piedade, segundo consta de uns apontamentos seus, coordenados pelo Padre Mestre Fr. Francisco de Oliveira quando foi Prior do Convento de S. Domingos desta Villa, os quaes se conservão na biblioteca pública d’Évora entre os papeis do Arcebispo D. Fr. Manoel do Cenaculo, já bastante deteriorados, existiam as seguintes lapides.” (Transcrito de Silva, 1981)

Seguem-se algumas inscrições, numa das quais se leria *op(p)idi Tubuc(ciensis)* e noutra, *medic(us) Tubuc(ciensis)*.

J. Candeias Silva (1981) mostrou a falsidade destas inscrições e esclareceu as circunstâncias históricas que poderão ter justificado a sua invenção.

Nunca em Abrantes se encontraram vestígios que permitam supor ter aí existido povoação romana de alguma relevância. Não podemos esquecer-nos que Diogo Oleiro, que aí viveu e sempre foi tão atento às antiguidades da terra, nunca registou vestígios que minimamente convençam do passado romano da cidade. Nem J. M. Bairrão Oleiro. Nem, no nosso tempo, J. Candeias Silva ou Filomena Gaspar.

Em Abrantes foram todavia encontradas uma estátua romana e uma ara a Júpiter Ótimo Máximo.

A estátua (Souza, 1990, p. 53, n.º 147), feminina e acéfala, foi achada nos inícios do século XX no interior da igreja de Santa Maria do Castelo, a um metro de profundidade, numas escavações que então se fizeram. A ara (Silva e Encarnação, 2001) não tem proveniência absolutamente segura, mas poderá ter sido recolhida na zona histórica da freguesia de S. Vicente da cidade de Abrantes.

Quer a estátua, quer a ara, podem ter sido trazidas de outro(s) lugar(es) para Abrantes na época medieval ou em período mais recente. Não permitem, sequer, fundamentar com alguma verosimilhança a hipótese de ter existido um santuário a Júpiter no morro do castelo de Abrantes. Se uma estátua de Júpiter poderia conferir alguma plausibilidade à ideia de um santuário, não se compagina com tal hipótese uma estátua feminina, aliás desprovida de quaisquer atributos que nos permitam considerá-la como representação de divindade.

Se a possibilidade da presença romana em Abrantes não deve ser descartada (existem ainda algumas raras moedas registadas por Oleiro, 1952, p. 9), não nos parece que futuros achados arqueológicos possam vir a demonstrar que houve aglomerado urbano romano de algum realce na área edificada da actual cidade.

9. À volta da *Aritium* de Ptolemeu, II, 5, 6 e do *pagus* suévico de *Vallearitia*

Várzea do Douro (Marco de Canavezes) foi certamente um povoado romano importante, integrado na *civitas* de *Tongobriga* (Dias, 1997, p. 312). Propusemos, para esse povoado, o nome de *Aritium* e sugerimos a sua identificação com a *Aritium* de Ptolemeu, II, 5, 6 e com o *pagus Valle Aritia* ou *Vallericia* da diocese suévica de *Portucale* (Alarcão, 2001a, p. 44). Demos, porém, atenção às coordenadas de Ptolemeu (que sugerem a localização de *Aritium* não longe da foz do Douro) e esquecemos que o geógrafo situa *Aritium* na Lusitânia (isto é, a sul daquele rio). Dado que Várzea do Douro se encontra na margem direita do Douro e, portanto, em território de *Callaeci Bracari*, e visto que Ptolemeu refere estes últimos em II, 6, 38-48, seria aqui, e não entre os *Lusitani*, que deveria ter mencionado *Aritium* se esta povoação correspondesse a Várzea do Douro.

Tendo em atenção as coordenadas de Ptolemeu para *Aritium*, parece difícil equacionar a *polis* ptolemaica com o povoado de *Aritium Vetus*, conhecido através da inscrição *CIL* II 172 (= *IRCP* 467). *Aritium Vetus* ficava, como vimos em nota anterior, em Alvega (concelho de Abrantes), na margem sul do rio Tejo. A repetição do topónimo é mais do que provável. Mas onde ficaria então a *Aritium* de Ptolemeu, que deveria ser algo importante (pois, de outra forma, não teria sido referida pelo geógrafo)? E qual seria o nome do povoado romano de Várzea do Douro?

Tem sido atribuída a Várzea do Douro uma inscrição votiva a *Tameobrigus* (Encarnação, 1975, p. 276; Tranoy, 1981, p. 277; Garcia, 1991, p. 348; Dias, 1997, p. 314). *Tameobrigus* é certamente um epíteto. Haveria, pois, uma divindade, possivelmente indígena, que levaria o determinativo *Tameobrigus*. Ainda que Martins Sarmiento (1933, p. 296) tenha insistido na leitura *Tameobrio*, é possível que a última letra do epíteto represente, ao mesmo tempo, um G ou C e um O (Vasconcelos, 1905, p. 319-321; Guerra, 1998, p. 220-221; Prósper, 2002, p. 351-352).

Não é forçoso pensar que este epíteto está directamente relacionado com o rio Tâmega, isto é, que o nome *Tameobrigus* foi dado a uma divindade supostamente residente naquelas águas. Mas na raiz do nome *Tameobrigus* encontra-se provavelmente uma forma indo-europeia **tam-yo*, que estará também na origem do nome do rio Tâmega e na de outros hidrónimos (Prósper, 2002, p. 351-352).

O povoado *Tameobriga*, do qual esta divindade que levava o epíteto *Tameobrigus* seria protectora, não corresponderá, porém, a Várzea do Douro. É que a inscrição não foi, afinal, encontrada naquele povoado da margem direita do rio. João Pedro Ribeiro (1810, p. 347) diz que foi “transferida das margens do Douro para o lugar de Castello de Paiva, Freguesia de Varzea do Douro”. Martins Sarmiento (1933, p. 307-308) indica que se achava num sítio chamado Castelo de Baixo, na margem esquerda do rio Douro, próximo da foz do rio Paiva. Eduardo Jorge Lopes da Silva (1996, p. 90-91) refere que “apareceu nas margens do rio Douro, próximo de Fornos”.

Parece-nos, pois, que o *castellum Tameobriga* se situaria na confluência dos rios Paiva e Douro. Corresponderá ao castro que Armando Coelho (Silva, 1986, p. 104, n.º 835) regista sob o nome de Castelo de Paiva? Será o que se acha referido como *castro Catedra* nos documentos n.ºs 267 e 284 dos *DMP, DP.*, III, datados de 1108?

Seja como for, não temos razão para sustentar que *Tameobriga* era o nome da povoação romana de Várzea do Douro. Mas, como dissemos, também não nos parece que esta povoação se possa identificar com a *Aritium* de Ptolemeu.

Se as coordenadas de Ptolemeu para *Aritium* não estão muito erradas (mas poderão estar), esta *polis* situar-se-ia na área do curso inferior do Douro, mas na margem esquerda do rio. Haveria aqui algum aglomerado urbano importante que tenha tido esse nome?

Imediatamente a sul do Douro ficavam os *Turduli Veteres* (Silva, 1983, 1986, p. 281). É possível que a capital destes *Turduli* fosse a *Langobriga* que o *Itinerário de Antonino* menciona antes de *Cale*. *Langobriga* corresponderá ao Monte de Santa Maria ou Monte Redondo, na freguesia de Fiães do concelho da Feira (Alarcão, 1988: estação n.º 3/29; Mantas, 1996, p. 640-645). A ser assim, *Aritium* não poderá identificar-se com a capital dos *Turduli Veteres*.

A verdade, porém, é que a identificação do Monte de Santa Maria com a *Langobriga* do *Itinerário de Antonino* não obriga a aceitar esse povoado como capital dos *Turduli Veteres* (Mantas, 1996, p. 645). Mas onde ficaria, então, a capital?

A sul do Douro e a oriente dos *Turduli Veteres* estariam sediados os *Paesuri*, cuja capital, segundo nossa proposta, ficaria em Cárquere e corresponderia à “paróquia” *Tuentica* da diocese suévica de Lamego (Alarcão, 2001a, p. 47). A publicação recente de uma inscrição achada em Cárquere e consagrada a Júpiter por uns *castellani* cujo nome infelizmente se perdeu por ter sido a ara fracturada e se encontrar incompleta (Sequeira e Lopes, 2000, p. 90-91) faz-nos agora duvidar da capitalidade de Cárquere. Mas isso não implica necessariamente a revisão do posicionamento dos *Paesuri*: implica apenas a reconsideração do lugar onde ficaria sua capital.

Assim, não pode excluir-se inteiramente a hipótese de a *Aritium* de Ptolemeu ficar no território de *Paesuri* ou *Turduli Veteres*, ou mesmo a de *Aritium* ser o nome da capital de um ou outro dos referidos *populi*. Temos de concluir que permanece incerta a localização da *Aritium* de Ptolemeu, II, 5, 6. E talvez as coordenadas ptolemaicas estejam a atraí-lo e essa *polis* ficasse, afinal, muito longe do Douro.

Excluída, porém, a identificação da *Aritium* de Ptolemeu com Várzea do Douro, perde-se o argumento que utilizámos para localizar, em Várzea do Douro, o *pagus Valle Aritia* ou *Vallericia* da diocese suévica de *Portucale*.

Deve recordar-se, aliás, que alguns manuscritos dão a este *pagus* o nome de *Vallacia* (David, 1947, p. 35) e que é incerta, por isso, a designação toponímica do *pagus* portugalense.

Admitindo *Valle Aritia* ou *Vallericia* como nome correcto do *pagus*, não parece possível fazê-lo corresponder a Ariz (no concelho de Marco de Canaveses), dada a provável origem germânica deste topónimo (Piel, 1936, p. 35; Piel e Kremer, 1976, p. 67; Fernandes, 1999, s.v. Ariz, com testemunhos documentais aos quais se deve acrescentar pelo menos *DMP, DP.*, III, n.º 278, de 1108).

O nome de *Valle Aritia* suscita ainda outra dúvida: o *Parochiale* suévico recorda-o como *pagus* da diocese portugalense mas repete o nome, sob a forma *Vallariza*, na diocese bracarense, entre os *pagus Tureco* e *Auneco*.

Pierre David (1947, p. 33, 35 e 46) considerou que um primitivo *pagus* portugalense terá sido posteriormente integrado na diocese de Braga e identificou *Valle Aritia/Vallericia/Vallariza* com Vila-riça, no concelho de Torre de Moncorvo.

Parece difícil aceitar a hipótese de Pierre David, não obstante a autoridade do mestre. O rio Corgo (na área de Vila Real) foi a fronteira das dioceses de Braga e *Portucale* (ainda que possa aceitar-se alguma dúvida sobre se tal fronteira remonta à época suévica (Costa, 1959, p. 106-113, 1997, p. 35-37). A oriente do rio Corgo, o *pagus Pannonias* pertencia a Braga; a ocidente, o *pagus Aliobrio* integrava a diocese portugalense. Se *Valle Aritia* da diocese portugalense se identificasse com a Vila-riça de Torre de Moncorvo, teríamos, de ocidente para oriente, um *pagus* portugalense de *Aliobrio*, um *pagus* bracarense de *Pannonias* e, de novo, um *pagus* portugalense de *Vallericia* — isto é, teríamos um *pagus* bracarense de *Pannonias* metido em cunha no território do bispado de *Portucale* e interrompendo a continuidade geográfica deste último. Parece-nos isso pouco credível. Aliás, também Avelino de Jesus da Costa (1997, p. 36, nota 38) contestou a identificação dos dois *pagi*.

Se houve um único *pagus Valle Aritia*, que terá sido, em determinada altura, transferido da diocese portugalense para a bracarense, o mais aceitável será imaginá-lo em área fronteiriça entre as duas dioceses. Mas, não obstante a similitude dos nomes, não se tratará efectivamente de dois *pagi* diferentes?

Não podemos deixar de chamar a atenção para o facto de, havendo numerosos documentos que transcrevem o chamado *Parochiale* suévico, há um só (o doc. n.º 10 do *Liber Fidei*, vid. Costa, 1965) que regista *Vallariza* como *pagus* da diocese bracarense. Será que *Vallariza* representa uma interpolação no documento n.º 10 do *Liber Fidei* (ou no original do qual o documento do *Liber Fidei* é cópia)? Recordemos a ordem dos *pagi* nesse documento: *Pannonias, Laetera, Brigantia, Aliste, Astiatico, Tureco, Vallariza, Auneco...*

Será que o *pagus Tureco* de época suévica foi designado *Vallariza* posteriormente? Em alguma época, no escritório da Sé de Braga ter-se-ia acrescentado *Vallariza* a seguir ao nome *Tureco* querendo significar que o *pagus Tureco* era agora (nesse tempo) chamado *Vallariza*. Não entendendo assim, o copista do documento n.º 10 do *Liber Fidei* terá suposto que *Tureco* e *Vallariza* eram dois *pagi* diferentes.

No *Parochiale*, e no termo do recenseamento das *ecclesiae* e *pagi* da diocese bracarense, figura a soma *sunt haec XXX*. Ora, contando com *Vallariza* e *Aliste*, são 32 e não 30 as “paróquias” dependentes. A soma 30 poderia explicar-se assumindo que *Aliste* não fazia inicialmente parte da diocese bracarense (sobre o assunto vid. Costa, 1959, p. 109-112, 1997, p. 32-34) e que *Vallariza* é apenas o nome actualizado do *pagus Tureco*. Mas também é verdade que o *pagus Vallariza* pode corresponder a circunscrição eclesiástica diferente de *Tureco* e acrescentada à diocese bracarense em época visigótica ou posterior. Uma cunhagem de Viterico (603-610) (Mateu y Llopis, 1936, p. 362) deixa crer que *Vallearitia* já existia nessa data — ainda que possa discutir-se se a cunhagem foi feita em *Vallearitia* da diocese portugalense ou em *Vallearitia* do actual vale da Vila-riça (Torre de Moncorvo).

Em trabalho anterior (Alarcão, 2001a, p. 36), admitimos a possibilidade de o *pagus Tureco* corresponder à antiga *civitas* dos *Banienses*, cuja capital ficaria em Vila Morta de Santa Cruz da Vila-

riça (Torre de Moncorvo). Carlos Cruz (2000, p. 222) identificou, porém, essa capital no sítio de Chão da Capela, próximo da povoação de Junqueira, na freguesia de Adeganha do concelho de Torre de Moncorvo. Por outro lado, a Vila Morta de Santa Cruz da Vilariça foi, há alguns anos, objecto de escavações realizadas por Miguel A. Rodrigues e Nelson Rebanda (1998) e, segundo estes investigadores, não foram encontrados materiais que possam ou devam atribuir-se a época anterior à de D. Sancho I, época na qual o sítio terá sido pela primeira vez povoado, conforme se declara nas Inquirições de 1258 (*PMH, Inq.*: 1271 e 1274). O foral de Santa Cruz de Vilariça foi dado à vila por D. Sancho II, em 1225.

Ainda que as onze estelas funerárias da capela do Roncal, mesmo junto da Vila Morta de Santa Cruz da Vilariça (Lemos, 1993, IIa, p. 347-348; Cruz, 2000, p. 302-303), nos deixem algumas dúvidas sobre a total ausência de povoamento romano naquela vila, aceitaremos a identificação do sítio de Chão da Capela com a capital dos *Banienses*.

Que nome terá tido esta capital? Se bem que não seja forçoso pensar que se chamou *Banium* ou *Bania*, este parece o nome mais provável, dado o etnónimo *Banienses* da inscrição da ponte de Alcântara, *CIL* II 760, e o nome da *civitas Baniensium* da ara *CIL* II 2399 (= Garcia, 1991, p. 415, n.º 366).

Ora se, como pretendemos, o *pagus Tureco* do *Parochiale Suevum* corresponde à *civitas Baniensium*, como explicar o nome *Tureco*? E se o *pagus Vallariza* do doc. n.º 10 do *Liber Fidei* coincide com o *Tureco*, como explicar ainda esta mudança de nome? *Vallariza* parece um corónimo, *Valle Aritia*. Haveria um topónimo *Aritium* ou *Aritia* no actual vale da Vilariça?

Não parece fácil resolver tão enredada questão. Na capela de Santa Maria da Ribeira, na freguesia de Seixo de Ansiães do concelho de Carrazeda de Ansiães, lugar onde se situava um *vicus* romano (Lemos, 1993, IIa, p. 149-151; Cruz, 2000, p. 224), encontrou-se uma ara onde vários autores leram *Tutelae Tiriensi* (Garcia, 1991, p. 366, n.º 320). O epíteto sugeria um *vicus Tiria* ou *Turia*. Poderíamos, assim, supor que a sede do *pagus* correspondente à antiga *civitas Baniensium* foi estabelecida, não na capital *Banium* ou *Bania*, mas no *vicus Turia* — donde o nome *Tureco* (que, aliás, deveria ser, nesse caso, *Turiaco* ou *Turiaeco* ou *Turieco*). Amílcar Guerra (1998, p. 185-186) corrigiu, porém, a leitura: a ara de Santa Maria da Ribeira foi consagrada a *Tutela Liriensis* — pelo que o nome do *vicus* seria *Liria*.

Não podemos deixar de perguntar-nos se não devemos, afinal, abandonar a proposta de equivalência do *pagus Tureco* com a *civitas Baniensium* e de *Vallariza* com o *pagus Tureco*. Não ficariam então resolvidas as dificuldades?

Antes de renunciarmos por inteiro às nossas equivalências, tentaremos ainda sair do labirinto por outras vias.

F. Sande Lemos (1993 Ib, p. 442 e IIa, p. 161-161) e Carlos Cruz (2000, p. 220) chamaram a atenção para um grande povoado romano no Monte de Santa Luzia, no concelho de Freixo de Espada-à-Cinta. Carlos Cruz propôs mesmo a identificação deste povoado com uma capital de *civitas* que teria sido instalada nessa unidade geográfica a que se chama “depressão do Freixo” (Cruz, 2000, p. 54).

Não pretendemos pôr em causa a importância do povoado, quer porque nunca visitámos o lugar, quer porque aqueles autores nos merecem grande consideração e lhes reconhecemos particular sensibilidade no entendimento da paisagem transmontana e alto-duriense. Apesar da ausência de inscrições romanas conhecidas do Monte de Santa Luzia — o que não deixa de ser estranho num povoado romano supostamente importante —, vamos admitir que tal sítio foi, efectivamente, aglomerado urbano de considerável relevância.

Parece-nos difícil, porém, aceitar a proposta de uma *civitas* romana na depressão do Freixo, distinta da *civitas Baniensium* que ocuparia o vale da Vilariça. Se, à vista do considerável relevo da

serra de Reboredo, tal proposta parece, à partida, admissível, não deixaremos de objectar que teríamos, então, duas *civitates* de territórios muito reduzidos. Além disso, por que razão os *Banienses* teriam contribuído para as obras da ponte de Alcântara, e não os seus vizinhos da *civitas* da depressão do Freixo? Acresce ainda que, no mapa das regiões naturais de Trás-os-Montes elaborado pela COBA — e aceite, não só por F. Sande Lemos e Carlos Cruz, como pela generalidade dos arqueólogos que trabalham naquela província — o vale da Vilarça e a depressão do Freixo são integrados numa única e mesma unidade geográfica e a serra de Reboredo não é considerada barreira significativa.

Se, na época romana, o vale da Vilarça e a depressão do Freixo integravam a *civitas* dos *Banienses* (esta é a nossa proposta), o Monte de Santa Luzia poderia ser um povoado importante mas secundário dessa *civitas*. Na época suévica, tal povoado poderia ter suplantado o de *Banium* ou *Bania* e ter sido escolhido como sede do *pagus* eclesiástico. Se tal povoado tivesse nome de raiz *Tur-* (e são numerosos os povoados com semelhante raiz), estaria justificado o nome *Tureco* para um *pagus* afixal coincidente com a antiga *civitas Baniensium*.

A confirmação de semelhante hipótese passa, porém, por aquilo de que não dispomos: inscrição que ateste ter sido *Tur[...]* o nome do povoado do Monte de Santa Luzia e escavações que demonstrem a ocupação suévica, com alguma importância (e com igreja e baptistério) desse lugar (e/ou escavações que demonstrem perda de importância, na mesma época, do povoado de Chão da Capela).

Noutra hipótese, o nome *Tureco* derivaria de hidrónimo ou corónimo. Se Francisco Villar (1995, p. 191-244) admite, como hidrónimo, o nome *Tura*, Blanca M.ª Prósper (2002, p. 342) inclina-se para **Turyā* como forma de hidrónimo. Se, no segundo caso, um nome *Turiaco* ou *Turieco* seria mais credível que *Tureco*, no primeiro, poderíamos derivar, de *Tura*, um nome *Turaeco* que, na época suévica, se grafaria e pronunciaria *Tureco*. Assim, seria admissível que o *pagus* suévico com sede na antiga cidade de *Banium* ou *Bania* se tivesse chamado *Tureco* — tendo derivado seu nome de um rio, eventualmente o que hoje se chama ribeira da Vilarça e constitui, não obstante o nome de “ribeira”, um curso de água importante e um eixo fundamental do território.

Subsiste, porém — mesmo admitindo qualquer uma das nossas hipóteses —, uma dificuldade: como se passou do nome *Tureco* ao nome *Vallariza*?

É possível que, nos fins do século VI ou nos inícios do VII, isto é, aquando do desaparecimento do reino suévico e da sua integração no visigótico, se tenha verificado alguma reorganização político-administrativa com incidência eclesiástica. Na região do Alto Douro, tal reorganização é incontestável, pois, no *Parochiale Suevum* (ou melhor, nas cópias que posteriormente dele se fizeram), da *ecclesia* de *Caliabria* (nesse documento integrada na “diocese” de Viseu) se diz: *quae apud Gotos postea sedes fuit*.

A desintegração de *Caliabria* da “diocese” de Viseu e a elevação dessa *ecclesia* a sede diocesana é anterior a 633, pois nesse ano se reuniu o IV concílio de Toledo, ao qual assistiu *Servus Dei* ou *Servusdei*, *Caliabrensis episcopus*. O mesmo bispo participou nos VI e VII concílios de Toledo (em 638 e 646). Seguiram-se-lhe no governo da diocese: Celedónio (VIII concílio de Toledo, 653); Aloário (concílio de Mérida, 666); Ervígio (concílio de Toledo em 688) (Vives, 1963; García Moreno, 1974, p. 174-175).

A data de elevação de *Caliabria* a bispado será, porém, anterior a 633 e o seu bispo *Servus Dei* poderá ter sido sagrado antes de 625 (García Moreno, 1974, p. 174). Mas talvez *Servus Dei* não tenha sido o primeiro bispo de *Caliabria* e a “diocese” tenha sido instituída no tempo de Viterico (603-610), rei que cunhou moeda em *Vallearitia* (Mateu y Llopis, 1936, p. 362 e 371). É possível, pois, que date do tempo de Viterico a reorganização eclesiástica do Alto Douro (ainda que disso não

tenhamos provas e ainda que a *Vallearitia* da cunhagem visigótica possa, afinal, corresponder ao *pagus* da diocese portugalense).

Se acaso a sede do *pagus Tureco* estava no monte de Santa Luzia (mas recordaremos que isto é apenas uma hipótese atrás posta), e se tal *pagus* correspondia à antiga *civitas Baniensium*, poderia agora esse *pagus* ter sido desmembrado e ter-se criado nova “paróquia” no vale da Vilariza, com o nome *Vallariza*.

Dependente de *Caliabria*, a “paróquia” de *Vallariza* terá sido reivindicada pelo bispo de Braga em alguma data posterior a 868, ao mesmo tempo que terá sido feita também a reivindicação de *Aliste* (Costa, 1997, p. 32-33): isso explicaria a inclusão de *Vallariza* e *Aliste* numa única das diversas transcrições do *Parochiale Suevum* – a do doc. n.º 10 do *Liber Fidei* da Sé de Braga. Em 1118, o arcebispo de Braga, D. Paio Mendes, cedeu em préstamo ao de Salamanca (para onde havia sido transferida a sede da antiga diocese de *Caliabria*), metade do que a Sé de Braga tinha do rio Tua até ao Esla – o que significa que estava na posse do vale da Vilariza (Costa, 1997, p. 36).

Ainda que sem incidência na questão da localização de *Vallariza*, mas porque falámos na reorganização eclesiástica de inícios do século VII nesta área de ambas as margens do Douro, não deixaremos de fazer uma referência à paróquia de *Coleia*. É possível que esta “paróquia”, onde cunharam moeda os reis visigóticos Recaredo (586-601), Sisebuto (612-621) e Suintila (621-631) (Mateu y Llopis, 1936, p. 361), tenha sido distraída da diocese de Viseu e integrada na de *Caliabria* aquando da criação desta última.

Em trabalho anterior (Alarcão, 2001a, p. 52-53), sugerimos a identificação de *Coleia* com a capital da *civitas Cobelcorum* em Almofala (Figueira de Castelo Rodrigo). Helena Frade alerta-nos para o facto de não ter descoberto, nas suas escavações de Almofala, materiais atribuíveis à época suevo-visigótica. Temos, pois, de ser prudentes na identificação de Almofala com a *Coleia* suévica.

A norte do Douro, muito perto do *vicus Liria* a que atrás nos referimos, existe hoje um lugar chamado Coleja. Dado não haver notícia de achados arqueológicos em Coleja, não parece possível identificar Coleja com *Coleia*. Acresce que o lugar de Coleja fica muito perto da Quinta da Senhora da Ribeira, isto é, do *vicus Liria*. Não é fácil aceitar que houvesse um *vicus* e, tão perto dele, um povoado importante que teria sido sede de “paróquia” suévica. Por último, não parece muito credível que a diocese suévica de Viseu (na qual se incluía *Coleia*) tivesse ultrapassado o Douro.

Se podem subsistir dúvidas quanto à identificação de Almofala com *Coleia*, não nos parece razoável a proposta de Vasco Mantas (1999, p. 388, n. 106), que localiza em Almofala os *Elbocori* de Plínio IV, 35, 118 e a *Elbocoris* de Ptolemeu II, 5, 6. Se em Almofala viviam os *Cobelci*, atestados por uma inscrição que a *civitas Cobelcorum* pôs a Júpiter (Frade e Caetano, 2002), não poderiam aí ficar os *Elbocori*.

No termo desta nota, resumiremos as nossas conclusões (que formulam, mas não resolvem, problemas):

1. Não é impossível que a *Aritium* de Ptolemeu II, 5, 6 corresponda a povoado próximo do Douro e a sul do rio, no território de *Turduli Veteres* ou *Paesuri* – mas não conseguimos identificá-lo. Se acaso era essa a localização de *Aritium*, o lugar não terá sido “paróquia” suévica, pois não há, nas “dioceses” suélicas de *Lamecum* e *Conimbriga*, nome correspondente.
2. Não é seguro que, na época suévica, tenha havido dois *pagi* com o mesmo nome de *Vallearicia*, um deles integrado na “diocese” portugalense e outro, na de Braga.

3. Se houve um único *pagus* deste nome, na época suévica incluído na “diocese” portugalense e reclamado pela de Braga (depois de 868?), o mais provável é que tal *pagus* tenha ficado numa área de fronteira comum, isto é, a ocidente do rio Corgo.

4. Se houve dois *pagi* do mesmo nome, um na “diocese” portugalense (mas onde, exactamente?) e outro no vale da Vilariça, é possível que o segundo tenha sido instalado nesse vale depois da anexação do reino suévico pelos Visigodos e aquando da reorganização eclesiástica que, nos inícios do século VII, instituiu a “diocese” de *Caliabria* na antiga “paróquia” da “diocese” de Viseu. Neste caso, o bispo de Braga terá disputado a posse de *Vallariza* ao bispo de *Caliabria* e não ao de *Portucale*, tal como disputou *Aliste* ao bispo de Astorga.

10. Sobre o *castellum Durbedis* e os limites da *civitas de Bracara Augusta*

Os limites da *civitas* de *Bracara Augusta* são difíceis de precisar. Se a serra da Cabreira, a oriente, parece constituir uma fronteira natural que o limite político-administrativo romano provavelmente seguiria; se o rio Cávado poderia constituir a fronteira setentrional; se o rio Vizela, em parte do seu percurso, poderia servir de raia — a fronteira do lado ocidental é mais difícil de sugerir.

Assume, por isso, particular importância uma inscrição funerária achada no Alentejo, na Herdade dos Franciscos (Garvão, Ourique) (IRCP 122):

LADRONV[S] / DOVAI (*filius*) BRAC[A]/RVS CASTELL[O] / DVRBEDE IC (*sic*) / SITVS E[ST] AN (*n*)O/RV[M] XXX / [S (*it*) T (*ibi*)] T (*erra*) L (*evis*)

A forma *Durbede* corresponde a um ablativo e é algo duvidosa a forma nominativa do topónimo, que poderia ser *Durbedis*. O importante, porém, é registar que este *castellum* ficava no âmbito da *civitas* de *Bracara Augusta*.

Ora no Museu de Martins Sarmiento encontra-se uma inscrição que foi para aí levada da igreja de Ronfe (Guimarães), onde se achava (CIL II 5563; Cardozo, 1972, p. 31; Encarnação, 1975, p. 177; Garcia, 1991, p. 309):

CELEA / CLOVT[I] (*filia*) / DEO D/VRBED/ICO EX V/OTO A (*nimo*)

Se o nome *Durbedicus* suscita algumas dúvidas quanto à etimologia e significado (Guerra, 1998, p. 429-430; Prósper, 2002, p. 345), não parece questionável que se trata de derivado em *-icus* de um topónimo.

Armando Coelho (Silva, 1986) não regista nenhum castro na freguesia de Ronfe. O que se acha mais perto parece ser o que aquele autor designa por Monte de S. Miguel, na freguesia de Oleiros. Este castro, no qual existe uma capela consagrada a S. Miguel-o-Anjo, fica sobranceiro à sede de freguesia de Vermil.

Houve, na Idade Média, um couto de *Belmil* ou *Belmir*, nome do qual derivou o actual de Vermil. No século XV, a sede do couto passou para Ronfe (Costa, 1959, II, p. 29). É possível, pois, que a inscrição a *Durbedicus* proceda do castro do monte de S. Miguel. E, a ser assim, a lápide funerária de *Ladronus* dar-nos-á uma indicação sobre as fronteiras da *civitas* de *Bracara Augusta*: a actual freguesia de Vermil ficaria ainda em *territorium* desta *civitas*.

Por outro lado, Oleiros, Vermil e Ronfe ficavam, na Alta Idade Média, na extrema oriental da *Terra de Vermoim*, *grosso modo* correspondente ao actual concelho de Vila Nova de Famalicão. A *Terra de Vermoim* parece-nos ter uma identidade própria e não se nos afigura improvável que corresponda a um dos *populi* do *conventus Bracaraugustanus* ainda não localizados. O que aqui pretendemos sugerir é, porém, apenas a possibilidade de a fronteira da *civitas* de *Bracara Augusta* passar por uma linha não muito distante das actuais sedes das freguesias de Gondar, Ronfe, Vermil e Oleiros.

11. Um *vicus* na serra da Cabreira

Na capela de Fornelo (freguesia de Soutelo, no concelho de Vieira do Minho) encontrou-se uma inscrição na qual se lê: *Iovi O(ptimo) M(aximo) Vicani Cabr(...)*.

José Manuel Garcia (1991, p. 402-403, n.º 340) restituiu, com dúvidas, *Cabr(icenses)*. Amílcar Guerra (1998, p. 358), prudentemente, não propôs etnónimo.

Nomes possíveis do *vicus* são *Cabrarium* e *Cabrianum*. Menos provável parece ser *Cabrica*, donde J. M. Garcia derivou *Cabricenses*. A actual serra da Cabreira poderia ter tido o nome de *mons Cabrarium*.

Não conhecemos, na freguesia de Soutelo, vestígios arqueológicos que indiciem a localização do *vicus*; mas impõe-se batida de campo para tentar identificar o lugar antigo (sem esquecer que a ara pode ter sido transportada de outro lugar para a capela de Fornelo).

12. Sobre os *Lubaeni* e Caldas de Vizela

Sugerimos anteriormente (Alarcão, 1998, p. 434) a localização dos *Lubaeni* de Ptolemeu, II, 6, 47 a norte do Cávado, na área do actual concelho de Vila Verde, com o argumento de que, para a actual povoação de Livão, na freguesia da Laje desse concelho, estão atestados, desde 960 a 1151, as formas *Livane*, *Luvanes*, *Luibanes*, *Livan* e *Luivam* (que registamos por ordem cronológica, sem tentarmos estabelecer linha evolutiva) (Costa, 1959, II, p. 177).

Parece-nos agora que é mais correcta a proposta de J. M. Piel e D. Kremer (1976, p. 195), que derivam Livão, do antropónimo germânico *Liuva*. Acrescentaremos que pelo território da antiga *civitas Sancte Marie* (Vila da Feira) corria um rio que, no século XII, se chamava *Liuvanes* e havia uma aldeia de nome *Livanes* ou *Luvianes* (Durand, 1971, docs. 25 e 164, de 1117 e doc. 236, de 1155). O rio parece corresponder à actual ribeira de Silvalde (ou a outra sua afluente?) e o *mons Sagitella*, junto do qual passava o *rivulus Liuvanes*, pode localizar-se através do topónimo actual Ceitela. A aldeia de *Luvianes* ficaria entre Loureiro e Serzedelo.

Deixaremos, porém, a linguistas e toponimistas a consideração da hipótese de Livão se relacionar com o antropónimo *Lubanus*, documentado (mas na forma feminina *Lubana*) em Idanha (Castelo Branco), ou com o antropónimo *Lubianus*, atestado em Herrera de Pisuerga (Palência) (Abascal Palazón, 1994).

É possível que o antropónimo *Lubanus* e o etnónimo *Lubaeni* tenham comum origem, mas diferente de *Livane*, *Luivam*, *Livane*, etc., que derivariam realmente do antropónimo germânico *Liuva*.

O antropónimo *Lubanus* e o etnónimo *Lubaeni* relacionar-se-iam com o nome das *nymphis* (ou *nymphis*) *Lupianis* (em dativo) de uma inscrição de Tagilde (Guimarães) (Garcia, 1991, p. 365, n.º 229). A aproximação foi sugerida por Amílcar Guerra (1998, p. 504-505), que utilizou o nome das ninfas como possível pista para a localização dos *Lubaeni* e admitiu que estes pudessem ter tido capital em Caldas de Vizela.

Nós mesmos (Alarcão, 1998, p. 434) identificámos o povoado romano de Caldas de Vizela como possível capital de *civitas*. Temos hoje muitas dúvidas por não conseguirmos definir um *territorium* credível (em termos geográficos) para essa suposta *civitas*. É possível que em Caldas de Vizela tenha existido, na época romana, apenas um *vicus* importante na extrema do território dos *Bracari*.

De qualquer forma, se não é convincente a localização dos *Lubaeni* na área do actual concelho de Vila Verde (dado que o topónimo Livão não terá, afinal, nada que ver com o etnónimo *Lubaeni*), também nos não parece que os *Lubaeni* tenham ficado na área de Caldas de Vizela.

Caldas de Vizela corresponde certamente à “paróquia” *Occulis* mencionada no *Parochiale* suévico dos fins do século VI (Costa, 1959, p. 135). O *vicus* romano seria, na época suévica, chamado *Occulis Calidarum*, nome que ainda se mantinha em 1014. O *Parochiale* terá abreviado o nome e registado simplesmente *Occulis*.

Ora parece-nos duvidoso que o *vicus* romano fosse, no século I ou II d.C., chamado *Occulis Calidarum*. Com efeito, se a palavra latina *occulum* pode significar “fonte” ou “nascente”, não encontramos atestação desse sentido no latim clássico. Os topónimos Olho (ou Olhos) de Água e Olho (ou Olhos) Marinho(s) repetem-se com alguma frequência no actual território português. Mas *occulum* com o sentido de “fonte” ou “nascente” só o encontramos em Rufino, que é autor da segunda metade do século IV d.C., e num topónimo da Numídia — topónimo que poderá também ser tardio.

Em Rufino encontramos a expressão *terra... obturat oculum fluenti* (TLL, IX, 2(1), voc. *Oculum*). Na Numídia, o topónimo *Ad Oculum Marinum* (que o *Barrington Atlas of the Greek and Roman World* todavia não regista) ficava junto do grande lago de águas salgadas da actual Argélia chamado *Salinæ Tubunenses* e hoje conhecido pelo nome de Chott el Hadna. Dada a atestação tardia do nome, não temos prova da sua existência no Alto Império.

A relação de *Occulis* com o topónimo hispânico *Ocule* (Villar, 2000, *passim*) afigura-se-nos duvidosa.

Assim, é possível que o *vicus* romano de Caldas de Vizela se tenha chamado *Aquae Calidae* e que só no Baixo Império ou na época suévica tenha sido nomeado *Occulis Calidis* (na forma ablativa com sentido locativo) ou *Occulis Calidarum*.

Voltando ainda ao problema (por resolver) da localização dos *Lubaeni*, Ptolemeu, II, 6, 47 dá-lhes, por capital, *Cambaetum*. O topónimo *Cambaetum* teria dado, em português, *Cambedo*. Ora, havendo duas localidades com esse nome em Portugal, nenhuma parece poder ser identificada com a capital dos *Lubaeni*. A de Vilarelho da Raia (concelho de Chaves), por ficar no território dos antigos *Aquiflavenses*; a de Vieira do Minho, porque este território dependia de *Aquae Flaviae* e os *Lubaeni* não figuram na lista das *civitates* do Padrão dos Povos da ponte de Chaves (Alarcão, 2001a, p. 37-38).

13. Sobre algumas inscrições da área de Chaves

Algumas inscrições das proximidades de Chaves põem interessantes (mas difíceis) problemas quando integradas na rede de povoamento da área.

António Rodríguez Colmenero (1987, p. 637, n.º 469) publicou uma inscrição TERM / C · L gravada num penedo no sítio chamado Cavalo dos Mouros, perto da aldeia de Noval, na freguesia de Soutelo do concelho de Chaves.

Não se tratará de um *terminus* entre dois *castella*, *Term(inus) (inter) C(...)(et) L(...)?*

A noroeste de Cavalo dos Mouros fica o castro de Muro/Cunhas, na freguesia de Seara Velha (Silva, 1986, p. 91, n.º 517; Amaral, 1993, p. 76, n.º 120). A sudoeste, o de Muro/Crasto, na

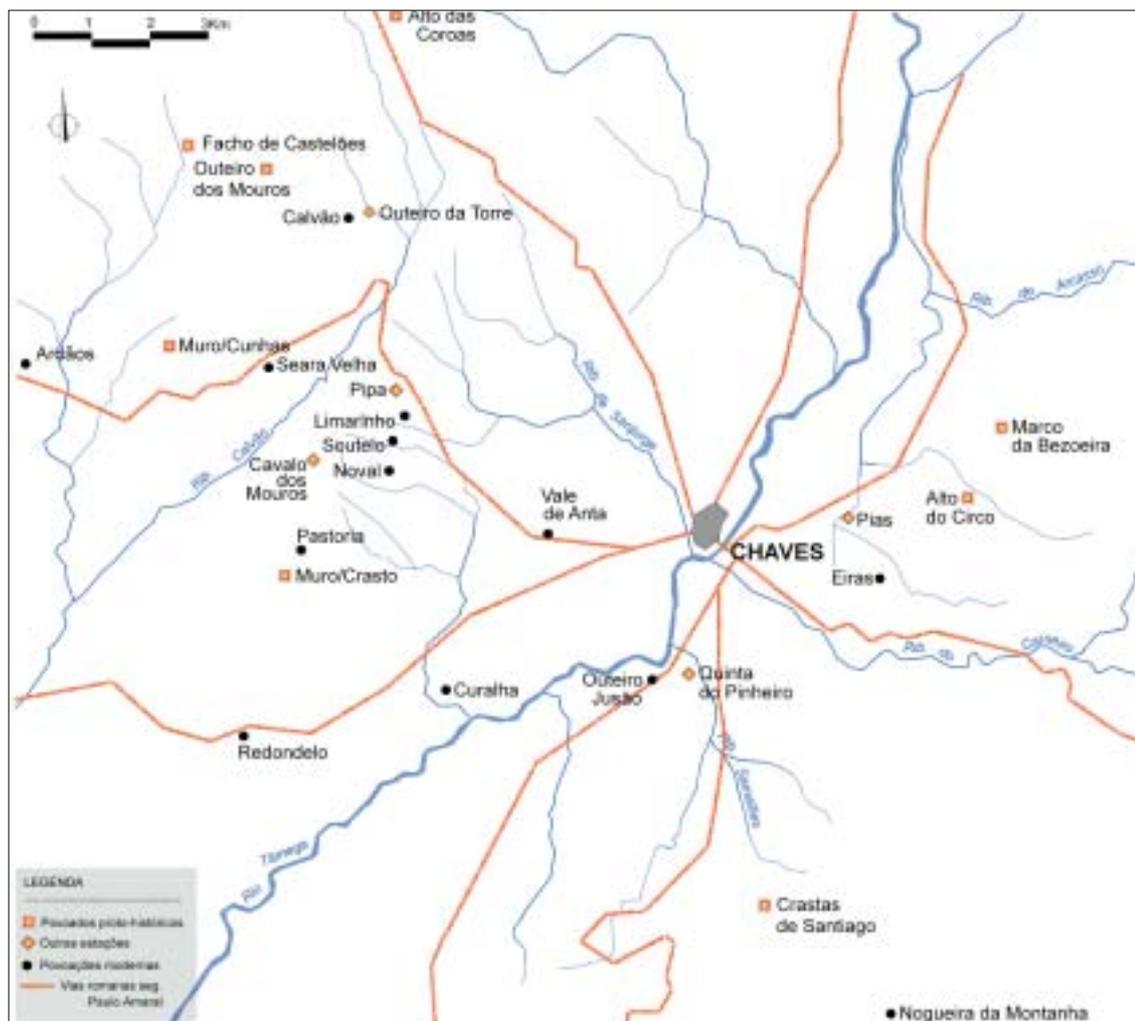


Fig. 1 Instituto Geográfico e Cadastral. Carta de Portugal. Esc. 1:100 000. Chaves, Fl.6, série M 684, 1970.

freguesia de Redondelo (Soeiro, 1985-1986; Silva, 1986, p. 91, n.º 520; Amaral, 1993, p. 63, n.º 85). As letras C e L corresponderão a estes dois *castella* e o *terminus* marcaria um limite dos respectivos territórios?

A identificação sugerida dos dois *castella* enfrenta, todavia, uma dificuldade: trata-se de povoados proto-históricos sem comprovada continuidade de ocupação na época romana.

No lugar de Pipa, na freguesia de Soutelo do concelho de Chaves, gravada num penedo, acha-se uma inscrição da qual Antonio Rodríguez Colmenero (1987, p. 430-431, n.º 313; 1993, p. 42-43, n.º 14; 1997, p. 340-341, n.º 451) deu leituras que não nos parecem convincentes. Será viável interpretá-la como dedicatória aos *Lares Viales* posta por uns *vicani Circoiebre(nses)* ou *Circoieb(enses)*?

O nome *Circoiebris* (por *Circeiebris*?) ou *Circoiebum* (por *Circeiebum*?) afigura-se nos viável, ainda que o primeiro pareça mais adequado a *castellum* que a *vicus*. A inscrição *Lari Circeibaico* de Pereiro de Aguiar (Orense) (Rodríguez Colmenero, 1987, p. 210-211, n.º 122; Prósper, 2002, p. 316) não pode deixar de ser aqui recordada como termo de comparação.

Os *vicani* viveriam no Outeiro da Torre, na freguesia de Calvão (Amaral, 1993, p. 38, n.º 21). Com 20 000 m² e materiais desde a segunda metade do século I d.C., este sítio poderá corresponder a um (pequeno?) *vicus* cujos habitantes teriam construído, à sua custa, uma estrada de ligação

à via de *Bracara Augusta* a *Aquae Flaviae* e nessa estrada teriam feito, num penedo, a dedicatória aos *Lares Viales*. Se se aceitar o traçado proposto por Paulo Amaral para a via de Braga a Chaves (representado na nossa carta), a nossa hipótese será dificilmente aceitável. Mas será seguro esse traçado?

Não temos, porém, proposta para a parte final da inscrição; e, em qualquer caso, a nossa hipótese de leitura carece de verificação e pode revelar-se, à vista das letras que na inscrição realmente se acham, insustentável.

Na veiga de Chaves encontraram-se quatro marcos de separação entre PRAEN e COROQ (Silva, 1981-1982, p. 92-93, 1986, p. 275; Rodríguez Colmenero, 1987, p. 632-636, n.^{os} 465-468, 1997, p. 454-456, n.^{os} 612-615; Amaral, 1993, p. 65, n.^o 90; Guerra, 1998, p. 584-585).

Parece credível ler *Praen(i)* ou *Praen(ii)* ou *Praen(ium)* e *Coroq(ui)* ou *Coroq(i)* ou *Coroq(um)* e tomar estes nomes como etnónimos. Situados ao longo da ribeira de Outeiro Jusão, que desagua no Tâmega ligeiramente a jusante da foz da ribeira de Samaiões, os marcos delimitariam uma área pertencente aos *Praenii*, de uma outra que seria dos *Coroqi*.

Armando Coelho (Silva, 1981-1982, p. 88) sugeriu que estes dois “povos” (usamos a sua expressão) viveriam no castro de Lagarelhos, também chamado Castelo de S. Tiago ou Crastas de Santiago, na freguesia de Nogueira da Montanha. Deste povoado, escreveu o autor: “Com 260 m de comprimento do eixo maior (N-S) e 85 m de largura máxima (E-W), apresentando uma frontal e ostensiva divisão, feita por uma forte muralha com 6 m de espessura, em duas unidades intercomunicantes e cada qual com entrada própria, sem qualquer interesse defensivo que se possa aperceber, não vemos para esta separação senão um significado de carácter social, que se ajusta perfeitamente, em coincidência surpreendente, com a divisão da Veiga que lhe fica no sopé, fronteira e bem próxima.”

Sendo sugestiva, a hipótese de Armando Coelho não deixa de suscitar dúvidas. A primeira respeita à cronologia da muralha “divisória”, que poderá corresponder, afinal, a uma modificação posterior ou redução da área habitada, como aliás admite, ainda que com muitas dúvidas, Paulo Amaral (1993, p. 56). A segunda respeita à considerável distância (minimizada por Armando Coelho) a que se encontram os marcos: c. de 7 km do povoado. Se os *Praenii* e os *Coroqi* vinham até à ribeira de Outeiro Jusão, teriam um território mais vasto que o da própria cidade de *Aquae Flaviae*. Se é certo que os marcos não são datáveis com rigor e que, por isso, podemos admitir serem eles contemporâneos de uma simples *mansio* no lugar de *Aquae Flaviae* e anteriores à instalação da cidade, a distância a que os marcos se encontram do povoado a que supostamente correspondem não deixa de suscitar algumas reservas.

Desviando-nos da interpretação dos marcos (que já retomaremos), perguntar-nos-emos que nome poderia ter tido o castro de S. Tiago. Fica ele muito próximo da povoação de Nogueira da Montanha. Nesta, ou no aro da freguesia, achava-se uma inscrição, hoje desaparecida, consagrada por um *L(ucius) Aelius Flacus* a seu pai, *Aemilianus Flacus* (CIL II 2480; Le Roux, 1982, p. 250; Rodríguez Colmenero, 1987, p. 327, n.^o 201). Este *Aemilianus Flacus* é dito *de hoc c(astello) Iureobriga* (ou *Iuliobriga?*).

Iureobriga ou *Iuliobriga* seria, pois, o nome do *castellum* (todavia, com dúvidas, vid. Guerra, 1998, p. 643). Se bem que o *I* inicial se possa considerar como má leitura de um *T*, a existência, nas vizinhanças de Chaves, de uma inscrição funerária a uma *Sulpicia [...] domo I[...]* (Rodríguez Colmenero, 1987, p. 332, n.^o 204) deixa admitir a possibilidade de um *castellum Iureobriga*, donde *Sulpicia* seria natural.

As origens de *Aquae Flaviae* são obscuras. Não pode, porém, excluir-se a eventualidade de a cidade ter sido povoada por habitantes de castros vizinhos que terão sido totalmente (ou só parcialmente?) abandonados. Os *Praenii* seriam os habitantes de um desses *castella* e os *Coroqi* teriam

vivido noutra. Sem ter sido feita propriamente uma centuriação, a cada um dos grupos deslocados teria sido atribuída uma área da veiga de Chaves, demarcada por padrões, tendo sido eventualmente deixada ao *ordo decurionum* a responsabilidade de dividir essas áreas em lotes individuais.

Em redor de Chaves, são cinco os castros que não apresentam visíveis vestígios de romanização. São eles, a partir do Noroeste, e no sentido contrário ao dos ponteiros do relógio: Outeiro dos Mouros, Muro/Cunhas, Muro/Crasto, Alto do Circo e Marco de Bezoeira (respectivamente, Silva, 1986, n.ºs 513, 517, 520, 540 — não figurando o último no inventário de Silva — e Amaral, 1993, n.ºs 24, 120, 85, 51 e 105). Junto dos dois últimos, a área de Pias/Carreira da Pedra/Quartas (Amaral, 1993, p. 51-52, n.º 55), com 75 000 m² mas materiais dispersos de fraca densidade, deixa-nos na dúvida sobre se corresponde a um *vicus*, para o qual se teriam transferido as populações de Alto do Circo e Bezoeira, ou a um grupo de pequenos mas individualizados casais.

Em conclusão: parece-nos digna de ser considerada a hipótese de os *Praenii* corresponderem à população transferida de um castro; os *Coroqi* teriam sido transmutados de outro *castellum*; outra população (ou outras) poderia(m) ter sido deslocada(s) e recebido a sua locação (ou suas locações) na veiga da margem esquerda do Tâmega, tendo desaparecido (ou não tendo ainda sido encontrados) os marcos demarcatórios. Se os castros de Muro/Cunhas e de Muro/Crasto tinham nomes começados por C e L, um deles poderá corresponder aos *Coroqi*; mas onde se situaria um castro com nome começado por L?

Diremos ainda que, junto dos marcos, há vestígios do que poderá ter sido uma *villa*, a de Quinta do Pinheiro (Amaral, 1993, p. 66, n.º 92), donde terão eventualmente vindo as duas inscrições de Outeiro Jusão: a consagrada a Ísis por Cornélia Saturnina e a consagrada a *Daphnus*, liberto dos herdeiros de Cláudio Flávio (Rodríguez Colmenero, 1987, p. 333-334, n.º 207). Nada proíbe, porém, que se encare a hipótese de as duas inscrições se acharem originalmente em dois diferentes lugares. Seja como for, *Cornelii* e *Claudii Flavii* poderiam ser duas famílias integráveis no grupo dos *Praenii* (ou dos *Coroqi*), desfeitos já ou esquecidos (ou muito remotamente recordados) os laços de solidariedade destes grupos. Conhece-se um *Cornelius*, filho de *Reburrus*, de Chaves (Rodríguez Colmenero, 1997, p. 140, n.º 117).

14. Uma inscrição rupestre de Freixo de Numão

Hübner publicou, em *CIL* II 430, a seguinte inscrição que se acharia gravada num penedo em Freixo de Numão:

IVNO / VEAMVAEARVM / TARBOVMAN / CNVNARVM / SACRVM / CIRI / CVR

Segundo Hübner, Frei Joaquim de Santa Rosa de Viterbo teria copiado a inscrição e a cópia achar-se-ia entre papéis do frade franciscano autor do *Elucidário*. José de Oliveira Berardo, tendo tido acesso aos papéis de Viterbo, terá transcrito a leitura e tê-la-á enviado ao insigne epigrafista alemão.

A inscrição não voltou a ser localizada e podemos duvidar se ainda se mantém ou se o penedo em que se encontrava gravada foi destruído. A indicação de que se achava em Freixo de Numão não permite localização exacta, pois podemos interrogar-nos se o penedo ficava na (ou perto da) actual vila de Freixo de Numão ou em qualquer outro lugar na área do antigo concelho do mesmo nome.

Freixo de Numão é hoje freguesia do concelho de Vila Nova de Foz Côa. No tempo de Viterbo (1744-1822), era concelho que abrangia as actuais freguesias de Freixo de Numão, Numão, Horta e Touça e se tornou, ainda em vida do autor do *Elucidário*, mesmo mais extenso (Coixão e Trábulo, 1995, p. 44 e 50).

É possível que o apontamento de Viterbo se encontre entre os manuscritos que o frade franciscano entregou ao Seminário Episcopal de Viseu e depois passaram à Biblioteca Municipal da mesma cidade. Seria importante procurá-lo, para verificar se a leitura de *CIL* II 430 corresponde exactamente ao que Viterbo transcreveu e se o autor do *Elucidário* deu algumas indicações precisas sobre o local onde ficava o penedo.

Mais importante seria, porém, reencontrar a inscrição, pois Viterbo pode ter ficado perturbado por eventual excesso de ligaturas numa escrita que seria, aliás, cursiva — e, por isso, mais difícil de ler. Na freguesia de Freixo de Numão existe uma quinta chamada da Pedra Escrita. Mas é possível que este nome advenha de um penedo onde se acham gravadas uma figuração de sol e duas antropomórficas (Coixão, 2000, p. 240-241) — ainda que estas figuras não sejam propriamente uma escrita...

A inscrição não é fácil de interpretar. Ainda recentemente, A. N. Sá Coixão e José d'Encarnação (1998, p. 83) a republicaram da seguinte forma: IVNO VEAMVRERVM TARBORVM AN CNVARVM / SACRVM CIR CVR. E acrescentaram: “Seria, muito provavelmente, a consagração ao Génio feminino (Juno) de um povo ou de um lugar”. Também M.^a Lourdes Albertos (1985, p. 504) considerou hipotética qualquer interpretação.

Joan Corominas (1976, p. 376) propôs a leitura *Iunone Amrunarum*, supondo um sufixo *-ro* e a desinência *-um* (<-ŌN). Para este investigador, *Am-run* proviria de *Ambi-runo*, com o sentido de “que muge em torno a un sítio, acá y acullá.”

Parece-nos duvidosa a proposta de Joan Corominas, porque o epíteto normal seria então *Amrunaeca* (*e*), como em inscrições de Cória (Prósper, 2002, p. 103).

Talvez se deva tentar a interpretação de *CIL* II 430 partindo do pressuposto de que aqui se encontram dois teónimos e dois etnónimos de tema em *-a* na forma plural, no genitivo. Dois grupos (os habitantes de dois *castella* ou *vici*?) ter-se-iam reunido para adorarem as respectivas divindades tutelares. Teriam feito a dedicatória em alguma rocha que marcaria a fronteira comum dos dois grupos. Nesse caso, a inscrição, sendo votiva, funcionaria ao mesmo tempo como um *terminus*. E a definição de fronteiras teria sido um acto praticado invocando as divindades tutelares — pelo que a transgressão dessas fronteiras seria, ao mesmo tempo, um sacrilégio. Seria então interessante confrontar (do ponto de vista das ideologias e mentalidades) este “marco terminal” com os *termini augustales* que apenas “invocam” a autoridade imperial.

Numa primeira tentativa de entender *CIL* II 430, proporemos a leitura:

IVNONE AMMAEARVM (ou AMNIAEARVM ou ANNVVIAEARVM). TARBOVMA (ou TARBOVNA) NONVNARVM

Iunone estaria por *Iunoni*. Tal forma do dativo de *Iuno* não se nos afigura impossível. No latim, a vogal breve *-i* em posição final tenderia para *-e*. No latim clássico, a forma do nominativo *mare* (por exemplo) deriva da forma arcaica *mari*. A verdade, porém, é que, no dativo, a vogal é um *-i* longo, o que não permitiria, em princípio, no latim vulgar, a mudança de timbre. Mas como *uocalis [longa] ante uocalem corripitur*, isto é, como uma vogal longa antes de outra vogal abrevia, o *-I* de IVNONI antes de AMMAEARVM poderia pronunciar-se como *-E* e assim teria sido transcrito.

A divindade invocada não seria *Iuno*, mulher de *Iuppiter*, mas uma divindade tutelar feminina equivalente aos *Genii* ou *Lares* romanos, a *Tutela* ou *Munis* (Alarcão, 2001b, p. 317; Gil, 1985, p. 367; Pascal, 1964, p. 86-87, 117-123).

O genitivo *Ammaearum* permite restituir um etnónimo *Ammaeae* e um topónimo *Ammaea*. Da mesma forma, de *Amniaearum* e *Annuiaearum* poderiam retirar-se os topónimos *Amniaea* e *Annuiaea*.

É certo que os etnónimos derivados de *Ammaea*, *Amniaea* ou *Annuiaea* poderiam construir-se com o sufixo *-ensis*. Mas o caso de *Numidia/Numidae* autoriza a hipótese proposta.

Se os supostos topónimos *Ammaea*, *Amniaea* ou *Annuiaea* são credíveis, não encontramos hoje, na área de Freixo de Numão, nomes de lugares manifestamente derivados daqueles. Apenas existe, a pouco mais de 1000 m a noroeste de Muxagata, o topónimo Anovia (informação de A. N. Sá Coixão). Talvez corresponda à *portela de Anovio* de um documento de 1299. Esta portela não será a mesma a que um outro documento, de 1130, chama porto de Novias, pois este segundo lugar ficava sobre o rio Águeda (vejam-se os documentos em Coixão e Trabulo, 1995, p. 108 e 121). Mas terão estes topónimos alguma relação com o vocábulo “Anóveas” registado por Viterbo no seu *Elucidário*, com o sentido de coima por furto, correspondente a nove vezes o valor da coisa roubada (Leite de Vasconcelos entende que a pronúncia correcta do nome desta coima é *anovéas*, por derivar de *nóvena*, vid. Viterbo, 1965, s. v. *Anóveas*).

Na nossa hipótese, a inscrição teria sido consagrada não só a *Iuno*, mas também a uma divindade *Tarbouma*, *Tarboumia*, *Tarbouna* ou *Tarbounia*. As nossas dúvidas quanto à restituição do teónimo vêm do nexa (que Hübner tentou reproduzir, vid. *CIL* II 430). *Tarbouma* poderá ser a forma mais credível (Corominas, 1976, p. 376).

Quanto ao suposto etnónimo que se seguiria a *Tarbouma* (e não podemos esquecer-nos de que dativos em *-a* em vez de *-ae* estão epigraficamente atestados), a sequência *-NCN-* parece inaceitável. Não deveremos supor *NONVNARVM*? Ou, mais uma vez admitindo um nexa, *NOMVNARVM*?

Tarbouma seria a divindade protectora de um *castellum* ou *vicus Nonuna* ou *Nomuna*, cujos habitantes seriam os *Nonunae* ou *Nomunae*. Mas, mais uma vez admitindo nexos que teriam perturbado Viterbo, não estaria gravado na pedra o nome *Nomanarum* em vez de *Nonunarum* ou *Nomunarum*? Além das ligaturas, traços já apagados pela erosão ou riscos naturais tomados por gravações intencionais poderiam ter induzido Viterbo em erro.

Ora, se a forma mais antiga documentalmente atestada de Numão é *Nauman* (em *PMH, DC.*, n.º 81, do ano de 960), posteriormente encontra-se a forma *Noman*. *Nauman* será hiper correcção? Mas também podemos admitir, na época romana, um *castellum* ou *vicus Naumana*, com uma pronúncia que teria levado o gravador da inscrição a escrever *Nomanarum* em vez de *Naumanarum*.

Será que este *castellum* ou *vicus Naumana* ou *Nomana* coincidiria com a actual vila de Numão? Deixando para outro lugar a discussão deste problema, apresentaremos segunda hipótese de interpretação da epígrafe:

IVNO / VEAMNIAEARVM (ou VEAMINIAEARVM) / TARBOVMA N/OMANARVM / SACRVM / CIRI / CVR

Já Hübner, ao publicar *CIL* II 430, chamou a atenção para *CIL* II 416, onde se lê *VEAMNICORI* ou *VEAMINICORI*. Outros autores fizeram essa mesma aproximação (por exemplo, Albertos, 1985, p. 504).

É possível, pois, que tenha existido um *castellum* ou *vicus Veamnia* ou *Veaminia*, cujos habitantes seriam os *Veamniae* ou *Veaminiae*. Mas o genitivo destes seria *Veaminiarum* e não *Veaminiaearum*.

Será que Viterbo leu VEAMVAEARUM por VEAMINIACARVM ou VEAMINIAGARVM? A confusão de um C e, sobretudo, de um G cursivos por E é facilmente possível. Teríamos, então, um *castellum* ou *vicus Veaminiaca* ou *Veaminiaga*?

Esta nossa última proposta de restituição do texto enfrenta uma dificuldade. Tratando-se de uma dedicatória a *Iuno*, deveríamos ter o dativo *Iunoni*. A verdade, porém, é que encontramos, numa inscrição rupestre de Felgueiras, *CIL II 2409, Iuno Meirurnarum. Quintillo et Prisco coss.*

A explicação de *Iuno* por *Iunoni* poderá encontrar-se pensando que, num meio pouco romanizado, se consideraria *Iunus*, em vez de *Iuno*, como nominativo? Mas nomes em *-us* no nominativo, femininos, são de tema em *-u* e deveríamos ter então, no dativo, *-ui* e não *-o*. Uma terminação *-o* no dativo pressupõe um nome de tema em *-o*, e estes nomes são masculinos. Mas não teremos aqui um caso similar ao de *Tutela*, que ora nos aparece como divindade feminina, ora como divindade masculina, em epígrafes consagradas ao *Genio Tutelae, Deo Tutelae, Deo Tutel[ae] Genio, Tutelo Sancto* (Pena, 1981)? Melhor explicação para a forma *Iuno* parece, porém, a que nos sugere J. Cardim Ribeiro: trata-se de um vocativo e não de um dativo. Com efeito, ainda que na epígrafe não apareça nenhuma expressão de *rogatio*, e embora a forma *sacrum* seja a normal nas dedicatórias que se constroem com dativo, não será destituída de senso a hipótese de termos aqui, simultaneamente, uma invocação e uma consagração.

Quanto à parte final da inscrição, *CIRI/CVR*, talvez se deva restituir, na última linha, *Cur(avit)*. *Ciri* corresponderá a um antropónimo? Mas a sua forma aparentemente genitiva põe problemas, para além de não estar atestado na Península Ibérica o antropónimo *Cirus*.

Antonio Tovar (1985, p. 236) restituiu *Ciri cur(averunt)*. Seja como for, alguém terá tratado da gravação da epígrafe (ou de toda a cerimónia que terá acompanhado a gravação), pelo que se justificaria *cur(avit* ou *-averunt)*.

15. A inscrição *Neptunale* de Bobadela e a localização dos Interannienses

Na igreja matriz de Bobadela encontra-se uma inscrição, *CIL II 398*, que diz, em letras monumentais, simplesmente, *NEPTVNALE*.

Tem sido esta inscrição tomada como prova da existência, na *splendidissima civitas*, de um templo a Neptuno. Nós mesmos assim a temos considerado, embora surpreendidos por vermos, numa cidade do interior, um templo ao deus do mar. É certo que Neptuno poderia ter sido aqui adorado como divindade genérica das águas — mares, rios, lagos e fontes. Tal foi, aliás, a natureza do primitivo Neptuno latino, antes da sua identificação com o Posídon grego (Pascal, 1964, p. 91-92).

Vasco Mantas (2002, p. 233-234) considerou mesmo óbvio que tal templo era o principal do *forum* da cidade romana de Bobadela. Mas, atestado nela o culto imperial (*CIL II 397*), era a este culto que devia ser consagrado o templo maior do *forum* (embora possamos admitir um templo construído e consagrado a Neptuno antes da introdução do culto imperial na cidade, templo que teria eventualmente subsistido mesmo depois de tal introdução).

Na inscrição de um templo a Neptuno deveria ler-se *Neptuni templum* ou, quando muito, *Neptuno templum* ou, simplesmente, *Neptuno*. Temos de procurar, pois, melhor explicação para a forma *Neptunale*, que corresponde ao nominativo ou vocativo do adjectivo *neptunalis*, no género neutro.

Em Vitruvius, 8, III, 36, lê-se:

Uti fuisse dicitur, Terracinae, fons qui vocabatur Neptunius: ex quo qui bibebant imprudentes, vita privabantur: qua propter antiqui eum obstruxisse dicuntur.

Assim foi, segundo se conta, em Terracina, a fonte que se chamava Neptúnio; os que, imprudentes, bebiam dela, morriam. Por isso se diz que os antigos a obstruíram.

O texto de Vitrúvio não nos permite dizer se esta fonte era chamada *fons Neptunius* ou, simplesmente, *Neptunius*. Também aqui, *Neptunius* é adjectivo — formado pela adunção do sufixo *-ius* (e não *-alis*) ao nome *Neptunus*. Mas é possível que o adjectivo *Neptunius* tivesse sido usado *substantivorum more* e que os habitantes de Terracina, na sua linguagem, dissessem: “vamos ao Neptúnio” e não “vamos à fonte Neptúnia”.

A inscrição de Bobadela não estaria num templo, mas num monumento ligado às águas. Ora, porque *fons* é substantivo masculino e *Neptunale* é do género neutro, o mais credível é que *Neptunale* se não aplicasse a *fons*, mas a *nymphaeum*, visto este segundo nome ser do género neutro. Haveria, pois, em Bobadela, um *nymphaeum Neptunale*. Mas não excluimos a hipótese de, em tal monumento, a inscrição se reduzir a *Neptunale* — com o adjectivo usado na forma de substantivo.

Na suposta consagração do templo principal de Bobadela a Neptuno se apoiou Vasco Mantas (2002, p. 234, n. 2) para sustentar a identificação da *civitas* de Bobadela com os *Interannienses* da inscrição da ponte de Alcântara, *CIL* II 760 e de Plínio, IV, 35, 118. Perde-se, pois, o argumento que o autor usou para contestar a nossa opinião de que os *Interannienses* correspondem à *civitas* de Viseu.

Quanto ao outro argumento de Vasco Mantas — a *civitas* de Bobadela era limitada pelos rios Mondego e Alva —, também nos não parece sólido. Talvez o rio Mondego servisse de fronteira entre as *civitates* de Bobadela e Viseu a montante de Abrunhosa, onde a estrada que vinha de Idanha-a-Velha para Viseu atravessaria o rio. Mas, daí para ocidente, a fronteira (muito difícil de precisar) correria talvez pelas imediações de Nelas e Tondela, muito desviada, pois, do Mondego. Com o rigor (ou a falta dele) com que podemos considerar os rios Alva e Mondego como limites da *civitas* de Bobadela, estamos autorizados a dizer que a *civitas* de Viseu era limitada pelos rios Mondego e Paiva — pelo que se justificaria o nome de *Interannienses* (ou *Interamnienses*) para os habitantes da *civitas* de Viseu. Acresce que, sendo geográfica a ordem dos *municipia* na inscrição da ponte de Alcântara, e sendo a enumeração feita, *grosso modo*, de sul para norte, devemos situar os *Interannienses* imediatamente a sul dos *Coilarni*, que se seguem, naquela inscrição, aos *Interannienses*. Ora os *Coilarni* estão atestados na região de Lamego (Vaz, 1979; Silva, 1981-1982, p. 93-94).

Agradecimentos

Agradecemos ao Doutor Sebastião Tavares de Pinho e ao Dr. Paulo Amaral os esclarecimentos que nos prestaram.

BIBLIOGRAFIA

- ABASCAL PALAZÓN, J. M. (1994) - *Los nombres personales en las inscripciones latinas de Hispania*. Madrid: Universidad Complutense; Murcia: Universidad.
- ALARCÃO, J. de (1988) - *Roman Portugal*. Warminster: Aris & Phillips.
- ALARCÃO, J. de (1998) - As cidades capitais do norte de Portugal na época romana. In *Los orígenes de la ciudad en el Noroeste hispánico. Actas del Congreso Internacional. Lugo, 15-18 de Mayo 1996*, I. Lugo: Faculdade de Humanidades, p. 429-437.
- ALARCÃO, J. de (2001a) - As paróquias suélicas do território actualmente português. In VILLAR, F.; FERNÁNDEZ ÁLVAREZ, M. P., eds. - *Religión, lengua y cultura prerromanas de Hispania*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, p. 29-59.
- ALARCÃO, J. de (2001b) - Novas perspectivas sobre os Lusitanos (e outros mundos). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 4:2, p. 293-349.
- ALBERTOS, M.ª de L. (1985) - Notas a los trabajos del Prof. Corominas, presentados al I Coloquio sobre Lenguas y Culturas Prerromanas de la Península Ibérica, Salamanca, 1974. In *Actas del III Coloquio sobre Lenguas y Culturas Paleohispánicas*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, p. 503-505.
- AMARAL, P. (1993) - *O povoamento romano no vale superior do Tâmega*. Porto: Universidade (Tese de mestrado, policopiada, apresentada à Faculdade de Letras do Porto).
- AZEVEDO, P. A. de (1896) - Extractos archeológicos das 'Memorias Parochiais de 1758'. *O Archeologo Português*. Lisboa. 1, p. 177-192.
- AZEVEDO, R. de; COSTA, A. de J.; PEREIRA, M. R. (1979) - *Documentos de D. Sancho I (1174-1211)*. Coimbra: Centro de História da Universidade de Coimbra.
- Barrington Atlas of the Greek and Roman World*, edited by Richard J. A. TALBERT. Princeton: Princeton University Press. 2000.
- BATATA, C. A. M. (2002) - *Idade do Ferro e romanização entre os rios Zêzere, Tejo e Ocreza*. Coimbra: Universidade (Tese de mestrado apresentada à Faculdade de Letras de Coimbra).
- CARDOSO, J. (1666) - *Agiologio Lusitano*. III. Lisboa: Officina Craesbeekiana.
- CARDOSO, L. (1747) - *Diccionario Geografico*. I. Lisboa: Regia Officina Sylviana.
- CARDOZO, M. (1972) - *Catálogo do Museu de Martins Sarmento. Secção de epigrafia latina e de escultura antiga* (2ª edição). Guimarães: Sociedade Martins Sarmento.
- COBA, Agroconsultores e (1991) - *Carta dos solos. Carta do uso actual da terra e carta de aptidão da terra do Nordeste de Portugal*. Vila Real: UTAD.
- COIXÃO, A. do N. S. (2000) - *A ocupação humana na Pré-história recente na região de entre Côa e Távora*. Freixo de Numão: Associação Cultural, Desportiva e Recreativa de Freixo de Numão.
- COIXÃO, A. do N. S.; ENCARNAÇÃO, J. d' (1998) - Foz Côa romana - Notas epigráficas. *Côavisão*. Vila Nova de Foz Côa. 0, p. 79-83.
- COIXÃO, A. do N. S., TRABULO, A. A. R. (1995) - *Evolução político-administrativa na área do actual concelho de Vila Nova de Foz Côa. Séculos XII a XX*. Vila Nova de Foz Côa: Câmara Municipal.
- CONDE, M. S. A. (2000) - *Uma paisagem humanizada. O médio Tejo nos finais da Idade Média*. Carnaxide: Patrimonia (Associação de Projectos Culturais e Formação Turística).
- COROMINAS, J. (1976) - Acerca de algunas inscripciones del Noroeste. In *Actas del I Coloquio sobre Lenguas y Culturas Prerromanas de la Península Ibérica*. Salamanca: Universidad, p. 363-385.
- COSTA, A. de J. da (1959) - *O bispo D. Pedro e a organização da diocese de Braga*. I e II. Coimbra: Faculdade de Letras.
- COSTA, A. de J. da (1965) - *Liber Fidei Sanctae Bracarensis Ecclesiae*. I. Braga: Junta Distrital.
- COSTA, A. de J. da (1997) - *O bispo D. Pedro e a organização da arquidiocese de Braga*. I (2ª ed.). Braga: Irmandade de S. Bento da Porta Aberta.
- CRUZ, C. M. S. (2000) - *A paisagem e o povoamento na longa duração. O Nordeste transmontano-Terra Quente*. Braga: Universidade do Minho (Tese de mestrado, policopiada, apresentada à Universidade do Minho).
- CURADO, F. (1979) - Epigrafia das Beiras. *Conimbriga*. Coimbra. 18, p. 139-148.
- CURCHIN, L. A. (1990) - *The local magistrates of Roman Spain*. Toronto: University of Toronto Press.
- DAVID, P. (1947) - *Études historiques sur la Galice et le Portugal du VI au XII siècles*. Lisboa: Portugália Editora; Paris: Les Belles Lettres.
- DIAS, L. T. (1997) - *Tongobriga*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico.
- DMP, DP. = Documentos Medievais Portugueses. Documentos Particulares*. III. Lisboa, 1940. IV. Lisboa, 1980. Academia Portuguesa da História.
- DMP, DR. = Documentos Medievais Portugueses. Documentos Régios*. vol. I, tomo II. Lisboa, 1962. Academia Portuguesa da História.
- DURAND, R. (1971) - *Le cartulaire Baio-Ferrado du monastère de Grijó (XI-XIIIe siècles)*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian.
- ENCARNAÇÃO, J. d' (1975) - *Divindades indígenas sob o domínio romano em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- FERNANDES, A. de A. (1999) - *Toponímia portuguesa (Exame a um dicionário)*. Arouca: Associação para a Defesa da Cultura Arouquense.

- FRADE, H.; CAETANO, J. C. (2002) - Os cultos na *civitas Cobelcorum*. In RIBEIRO, José Cardim, coord. - *Religiões da Lusitânia. Loquuntur saxa*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, p. 227-230.
- GARCIA, J. M. (1991) - *Religiões antigas de Portugal. Aditamentos e observações às "Religiões da Lusitânia" de J. Leite Vasconcelos. Fontes epigráficas*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- GARCÍA MORENO, L. A. (1974) - *Prosopografía del reino visigodo de Toledo*. Salamanca: Universidad.
- GASPAR, J. (1970) - Os portos fluviais do Tejo. *Finisterra*. Lisboa. 5:10, p. 153-204.
- GIL, J. (1985) - Notas sobre el lusitano. In *Actas del III Coloquio sobre Lenguas y Culturas Paleohispánicas*. Salamanca: Universidad, p. 365-370.
- GUERRA, A. M. R. (1998) - *Nomes pré-romanos de povos e lugares do Ocidente peninsular*. Lisboa: Universidade (Tese de doutoramento, policopiada, apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa).
- HOLANDA, F. d' (1984) - *Da fábrica que falece à cidade de Lisboa* (Introdução, notas e comentários de José da Felicidade Alves). Lisboa: Livros Horizonte.
- IRCP = ENCARNAÇÃO, J. d' - *Inscrições romanas do conventus Pacensis*. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras, 1984.
- LEMOES, F. S. (1993) - *Povoamento romano de Trás-os-Montes oriental*. Braga: Universidade do Minho (Tese de doutoramento, policopiada, apresentada à Universidade do Minho, 5 volumes).
- LE ROUX, P. (1982) - *L'armée romaine et l'organisation des provinces ibériques d'Auguste à l'invasion de 409*. Paris: E. de Boccard.
- MANTAS, V. G. (1988) - *Orarium donavit Igaeditanis*: epigrafia e funções urbanas numa capital regional lusitana. *Actas del Ier Congreso Peninsular de Historia Antigua (Santiago de Compostela, 1986)*. Santiago de Compostela: Universidad. Vol. II, p. 415-439.
- MANTAS, V. G. da C. S. (1996) - *A rede viária romana da faixa atlântica entre Lisboa e Braga*. Coimbra: Universidade (Tese de doutoramento, policopiada, apresentada à Faculdade de Letras de Coimbra).
- MANTAS, V. G. (1999) - O espaço urbano nas cidades do Norte da Lusitânia. In *Los orígenes de la ciudad en el Noroeste hispánico. Actas del Congreso Internacional, Lugo, 15-18 Mayo 1996*. Lugo: Facultad de Humanidades, I, p. 355-391.
- MANTAS, V. G. (2002) - *C. Cantius Modestinus e seus templos*. In RIBEIRO, J. C., ed. - *Religiões da Lusitânia. Loquuntur saxa*. Lisboa: Instituto Português de Museus, p. 231-234.
- MATEU Y LLOPIS, F. (1936) - *Catálogo de las monedas previsigodas y visigodas del Gabinete Numismático del Museo Arqueológico Nacional*. Madrid: Cuerpo Facultativo de Archiveros, Bibliotecarios y Arqueólogos.
- MATOS, A. T. de (1980) - *Transportes e comunicações em Portugal, Açores e Madeira (1750-1850)*. Ponta Delgada: Universidade dos Açores.
- OLEIRO, D., ed. (1952) - *Abrantes, cidade florida*. Abrantes: Câmara Municipal e Grémio da Lavoura de Abrantes.
- PASCAL, C. B. (1964) - *The cults of Cisalpine Gaul*. Bruxelles: Latomus.
- PENA, M.ª J. (1981) - El culto a Tutela en Hispania. *Memorias de Historia Antigua*. Oviedo. 5, p. 73-88.
- PIEL, J. M. (1936) - *Os nomes germânicos na toponímia portuguesa*. Lisboa: Junta da Educação Nacional/Centro de Estudos Filológicos.
- PIEL, J. M.; KREMER, D. (1976) - *Hispano-gotisches Namenbuch*. Heidelberg: Carl Winter Universitätsverlag.
- PMH, DC - *Portugaliae Monumenta Historica. Diplomata et Chartae*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa. 1867-1873.
- PMH, Inq. - *Portugaliae Monumenta Historica. Inquisitiones*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa. 1888-1897.
- PRÓSPER, B. M. (2002) - *Lenguas y religiones prerromanas del Occidente de la Península Ibérica*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca.
- RIBEIRO, J. P. (1810) - *Dissertações chronologicas e criticas*. I. Lisboa: Academia das Ciências.
- RODRIGUES, M. A.; REBANDA, N. (1998) - Cerâmicas medievais do povoado desertificado de Sta. Cruz da Vilarça. In *Actas das 2ªs Jornadas de cerâmica medieval*. Tondela, p. 101-126.
- RODRÍGUEZ COLMENERO, A. (1987) - *Aquae Flaviae. I. Fontes epigráficas*. Chaves: Câmara Municipal.
- RODRÍGUEZ COLMENERO, A. (1993) - *Corpus-Catálogo de inscripciones rupestres de época romana del cuadrante noroeste de la Península Ibérica*. A Coruña: Ediciós do Castro.
- RODRÍGUEZ COLMENERO, A. (1997) - *Aquae Flaviae. I. Fontes epigráficas da Gallaecia meridional interior* (2ª edição). Chaves: Câmara Municipal.
- SARMENTO, F. M. (1933) - *Dispersos*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- SEQUEIRA, C.; LOPES, A. B. (2000) - Inscrições romanas de Cárquere. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV. 18, p. 85-98.
- SILVA, A. C. F. da (1981-1982) - Novos dados sobre a organização social castreja. *Portugalia*. Porto. Nova série. 2-3, p. 83-96.
- SILVA, A. C. F. da (1983) - As *tesserae hospitales* do castro da Senhora da Saúde ou Monte Murado (Pedroso, V. N. Gaia). *Gaya*. Vila Nova de Gaia. 1, p. 9-26.
- SILVA, A. C. F. da (1986) - *A cultura castreja no Noroeste de Portugal*. Paços de Ferreira: Câmara Municipal.
- SILVA, E. J. [et al.] (1996) - *Carta arqueológica do concelho de Castelo de Paiva*. Porto: Universidade Portucalense.
- SILVA, J. C. (1981) - Epigrafia romana de Abrantes - Quatro textos em questão. *Trebaruna*. Castelo Branco. 1, p. 9-24.

- SILVA, J. C. (1985) - Os «mourões» do Rossio de Abrantes - afinal a ponte romana era um cais... do século XIX. *Conimbriga*. Coimbra. 24, p. 177-185.
- SILVA, J. C.; ENCARNAÇÃO, J. d' (2001) - Árula votiva encontrada em Abrantes. *Ficheiro Epigráfico*. Coimbra. 67, n.º 301.
- SOEIRO, T. (1985-1986) - Muro da Pastoria, Chaves. Campanha de escavações de 1982-83. *Portugalia*. Porto. Nova série. 6-7, p. 21-28.
- SOUZA, V. (1990) - *Corpus Signorum Imperii Romani*, Portugal. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras.
- TLL - Thesaurus Linguae Latinae*. Stuttgart-Leipzig: B. G. Teubner. 1968-1981.
- TOVAR, A. (1985) - La inscripción del Cabeço das Fráguas y la lengua de los lusitanos. In *Actas del III Coloquio sobre Lenguas y Culturas Paleohispánicas*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, p. 227-253.
- TRANOY, A. (1981) - *La Galice romaine. Recherches sur le nord-ouest de la péninsule ibérique dans l'Antiquité*. Paris: De Boccard.
- VASCONCELOS, J. L. de (1905) - *Religiões da Lusitânia*. II. Lisboa: Imprensa Nacional.
- VASCONCELOS, J. L. de (1918) - Coisas velhas. *O Archeologo Português*. Lisboa. 23, p. 356-369.
- VAZ, J. L. I. (1979) - Término augustal de Goujoim (Armamar). *Conimbriga*. Coimbra. 18, p. 133-138.
- VILLAR, F. (1995) - *Estudios de celtibérico y de toponímia prerromana*. Salamanca: Universidad.
- VILLAR, F. (2000) - *Indoeuropeos y no Indoeuropeos en la Hispania prerromana*. Salamanca: Universidad.
- VITERBO, Frei J. de S. R. de (1965) - *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram...* Porto: Livraria Civilização (reedição da obra originalmente publicada em 1798-1799).
- VIVES, J. (1963) - *Concilios visigóticos e hispanorromanos*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas.